



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.^a Etapa

CONCURSO PÚBLICO

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.^a Turma/1.^a Prova

Cargo:

POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 **Verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas.** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A desunião dos cidadãos é a oportunidade dos inimigos.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I 3/11/2009, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 4 e 5/11/2009 – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes. Nesse sentido, considere que as siglas subseqüentes, sempre que utilizadas na prova, deverão ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CTB = Código de Trânsito Brasileiro; DF = Distrito Federal; DPRF = Departamento de Polícia Rodoviária Federal; PRF = Polícia Rodoviária Federal ou policial rodoviário federal, conforme o contexto.

PROVA OBJETIVA

Atualmente, a PRF está presente em todo o território nacional. A base de sua atuação é o trânsito, onde tudo começa. Ao longo da malha federal, a PRF fiscaliza o cumprimento do CTB, previne e reprime os abusos, como excesso de velocidade e embriaguez ao volante, e presta atendimento às vítimas de acidentes. Contudo, a segurança pública também faz parte das atribuições da PRF, prevenindo e reprimindo o tráfico de armas e de drogas, assalto a ônibus e roubo de cargas, furto e roubo de veículos, tráfico de seres humanos, exploração sexual de menores, trabalho escravo, contrabando, pirataria e crimes contra o meio ambiente.

Zander Cavalcante Arruda. **Evolução histórica e organização estrutural e hierárquica – DPRF**. Brasília: MJ/DPRF/CGRH/CE, 2009, p. 13 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da atuação da PRF, julgue os itens seguintes.

- 1 Infere-se do texto que a atuação da PRF se faz no conjunto da malha rodoviária brasileira, mantida pelas três esferas da administração pública: União, estados e municípios.
- 2 As atribuições da PRF estão definidas em lei, incluindo o CTB.
- 3 Para o cumprimento de sua missão institucional, a PRF faz uso de grande frota de viaturas de policiamento e de veículos preparados para ações de fiscalização e de socorro a vítimas de acidentes.
- 4 Quanto à segurança pública, a ação da PRF está constitucionalmente limitada ao combate aos diversos tipos de crime contra o patrimônio.
- 5 O trabalho de combate à embriaguez ao volante, uma das atribuições da PRF, é prejudicado pela inexistência de legislação federal que imponha pesadas penalidades aos infratores.
- 6 Etilômetro e radares fotográficos são alguns dos equipamentos utilizados pela PRF no desempenho de suas atividades regulares.
- 7 O índice relativamente baixo de assalto a ônibus nas rodovias brasileiras explica-se pela presença pouco significativa desse tipo de veículo no transporte de passageiros.
- 8 As competências da PRF incluem a realização de patrulhamento ostensivo e o exercício dos poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as demais normas pertinentes.
- 9 Ao deixar de integrar a estrutura regimental do Ministério da Justiça, conforme decisão da CF, a PRF ganhou autonomia administrativa plena, estando apenas nominalmente vinculada à Presidência da República.

A ordem que cria e se alimenta do princípio do Estado Democrático de Direito tem uma caracterização especial, e podemos citar três decorrências fundamentais da sua estruturação, intimamente vinculadas ao valor da cidadania e da dignidade da pessoa humana, que são: a) a tendência à dimensão participativa da democracia; b) a garantia do acesso à justiça de direitos transindividuais e a concepção de uma instituição especialmente dedicada à defesa da democracia e dos direitos, como o Ministério Público; c) o compromisso inarredável com a probidade da gestão dos recursos públicos.

José Teógenes Abreu, Jetson José da Silva e Luciano Crisafulli Rodrigues. **Sociedade, Estado e polícia**. Brasília: MJ/DPRF/CGA/CE, 2009, p. 15 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema nele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 10 Entre os parâmetros legitimadores do Estado Democrático de Direito, vigorosamente abraçado pela CF, inscrevem-se o princípio da cidadania e a defesa da dignidade da pessoa humana.
- 11 A existência de um aparato policial na estrutura do Estado é, por definição, a negação do Estado Democrático de Direito.
- 12 Uma característica histórica da sociedade brasileira é sua prevalência sobre o Estado e o domínio de uma sólida cultura política, que lhe permite exercer efetivo controle do poder.
- 13 O pluralismo político é uma das faces mais visíveis do Estado Democrático de Direito que a CF buscou instaurar no Brasil.
- 14 Em princípio, a legítima defesa autoriza o emprego da força necessária para vencer a resistência oferecida pelo paciente da ação policial.
- 15 A CF assegura o respeito à integridade física e moral do preso.

Acerca da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 16 Quando o presidente da República expede normas para facilitar a execução das leis, ele exerce o seu poder disciplinar.
- 17 Com relação aos Poderes da República constituídos, o DF tem a mesma estrutura político-administrativa dos estados da federação.
- 18 As agências reguladoras são integrantes da administração pública federal indireta e subordinam-se aos ministérios de suas áreas de atuação, e os nomes de seus dirigentes devem ser submetidos à apreciação do Congresso Nacional.
- 19 Qualquer cidadão pode, em endereço específico na Internet, acompanhar a execução do plano plurianual.
- 20 Tanto as autarquias quanto as fundações públicas federais realizam o controle de dados cadastrais, pessoais e funcionais de servidores ativos e inativos, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
- 21 Quando um órgão da administração pública realiza licitação na modalidade concorrência, a contratação do serviço deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato.
- 22 Se determinado material da administração pública confiado a um servidor vier a desaparecer, o servidor pode ser responsabilizado, ainda que culposamente, pelo seu desaparecimento.
- 23 Como regra, a renúncia de receita de tributos federais submete-se ao sistema de controle interno do governo federal.

Em relação ao Regimento Interno do DPRF, julgue os itens a seguir.

- 24 Para que um diretor geral do DPRF crie uma Delegacia de PRF, deve respeitar o número total de delegacias previsto em âmbito nacional.
- 25 A divisão de planejamento operacional é responsável por elaborar projeto de obras e serviços do DPRF.
- 26 Tanto a baixa de multas quanto o seu cancelamento por decisão das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) é de responsabilidade da divisão de multas e penalidades.
- 27 Para que um candidato aprovado em concurso do DPRF tome posse, depende da correspondente portaria de nomeação e lotação, que é incumbência da divisão de concurso, seleção e processos.
- 28 A manutenção do registro de débitos de multas, taxas e outros serviços e a proposta de suas inscrições na dívida ativa é de responsabilidade do núcleo de arrecadação.

Acerca da legislação de trânsito, julgue os itens que se seguem.

- 29 A coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito cabe ao Ministério da Justiça.
- 30 Quando um PRF lavra um auto de infração, o infrator é obrigado a assiná-lo.
- 31 Se um cidadão comete uma infração de trânsito de natureza leve ou média, não sendo reincidente na mesma infração nos últimos 12 meses anteriores, a penalidade de multa pode ser substituída por advertência por escrito.
- 32 Para que um dispositivo luminoso seja instalado em um veículo de utilidade pública, este deve ser autorizado pelo DETRAN, bem como deve constar de forma abreviada no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo.
- 33 Apenas estrangeiros provenientes do Uruguai, do Paraguai, da Argentina e do Chile estão autorizados a conduzir veículo no Brasil com a habilitação expedida nos respectivos países de origem.
- 34 Considera-se automóvel o veículo automotor que se destina ao transporte de passageiros, com capacidade de até 8 pessoas. Já o micro-ônibus é o veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para até 20 passageiros.
- 35 Se um condutor de veículo automotor for encontrado sem a correspondente Carteira Nacional de Habilitação, a primeira providência a ser tomada pelo policial rodoviário é aplicar a medida administrativa de retenção do veículo.

Ainda no que se refere à legislação de trânsito, julgue os itens seguintes.

- 36 Para que um veículo em serviço de urgência tenha prioridade de passagem em uma via, ele deve estar com os dispositivos de alarme sonoros acionados e ter iluminação vermelha intermitente.
- 37 Para que um condutor de veículo automotor seja autuado por deixar de dar passagem pela esquerda, quando solicitado, é necessário que o veículo que segue atrás tenha indicado o propósito de ultrapassar, que pode ser caracterizado por sinal de luz baixa e alta de forma intermitente.
- 38 Condutor de veículo que use a buzina de forma prolongada e sucessiva para evitar acidente não comete infração de trânsito.
- 39 Para que possa ocorrer a fiscalização de velocidade por radar nas rodovias, o equipamento que mede a velocidade dos veículos deve estar posicionado no intervalo entre 1 e 2 quilômetros da placa de regulamentação de velocidade, quando a velocidade da via for igual ou superior a 80 km/h.
- 40 Comete infração de trânsito o condutor de veículo que transporta carga sólida a granel, sem estar coberta com lona ou similar.
- 41 Comete infração de trânsito média o condutor de veículo que dirige veículo automotor descalço.

A respeito do uso legal e progressivo da força, julgue os itens subsequentes.

- 42** A resposta de um policial às ações de um indivíduo suspeito deve ser reativa quando agir para prevenir ações agressivas por parte do transgressor.
- 43** O infrator deve estar ajoelhado quando for algemado por um policial.
- 44** O primeiro nível do uso progressivo da força é a presença física do policial uniformizado que, a depender da situação, é o bastante para conter um crime ou uma contravenção.
- 45** Estudos balísticos apontam que 5 tiros disparados por arma de fogo em rápida sequência, quando atingem o local ideal, é quantidade razoável de disparos que provocam o resultado pretendido.
- 46** No nível do uso progressivo da força, em que são utilizadas técnicas de submissão, o policial pode fazer uso de cães.
- 47** O triângulo da força letal representa três fatores equivalentes e inseparáveis que são a habilidade, a oportunidade e o risco.
- 48** A idade e a compleição física dos policiais em relação a essas mesmas variáveis dos indivíduos suspeitos são aspectos que não influenciam a aplicação dos níveis de força.

A respeito de educação e segurança para o trânsito, julgue os próximos itens.

- 49** Para realizar palestra sobre educação e segurança para o trânsito, é desnecessário que o policial esteja uniformizado.
- 50** A educação para o trânsito transcende a transmissão de informações e tem como objetivo a mudança de valores, comportamentos e atitudes. Por meio dela, a Suécia e o Japão obtiveram excelentes resultados, tornando-se referenciais de trânsito seguro.
- 51** Para proferir palestra, o policial deve estar atento aos direitos autorais, pois as paráfrases, ainda que não sejam reproduções da obra originária, são consideradas ofensas a esses direitos.
- 52** Segundo os princípios da Andragogia, a maior retenção do aprendizado ocorre quando se vê, se ouve e se pratica o que se aprende.
- 53** A realização de palestra sobre educação para o trânsito por PRF independe da autorização da respectiva chefia.
- 54** Se, ao realizar palestra sobre educação para o trânsito, um policial percebe que há um indivíduo disperso, ele deve direcionar perguntas a ele para retomar a sua atenção.
- 55** Quando um infrator é autuado por infringir normas de trânsito, esta autuação também deve ser um momento educativo.

A ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por essa razão, é elemento essencial da realidade social. Quanto à ética e à postura profissional do servidor público, julgue os itens a seguir.

- 56** O questionamento, a revisão e a construção social das regras, dos costumes e das práticas atingem irremediavelmente as instituições.
- 57** O Estado deve estar municiado de ações efetivas e apto a responder às demandas originadas das inquietudes morais da sociedade a que serve.
- 58** A clivagem ética é a percepção não só do aspecto exterior da ação, mas da intenção propulsora dessa ação, que se refere à consciência do agente.
- 59** Entre os princípios constitucionais que regem a administração pública, o princípio da liberdade é primordial para a compreensão das ações do ocupante do cargo público.
- 60** Segundo o princípio da isonomia, o servidor não se torna dono do cargo que ocupa, pois este pertence ao Estado, cuja missão é servir à sociedade.

A qualidade do serviço de atendimento ao público, no contexto da realidade brasileira, principalmente no âmbito estatal, apresenta-se como um desafio institucional que parece exigir transformações urgentes. Acerca desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 61** A preocupação com a qualidade do serviço é responsabilidade dos servidores em cargo de chefia, o que torna os demais servidores desobrigados de tal preocupação, restando-lhes apenas o cumprimento das ordens emanadas de superiores.
- 62** A melhoria da qualidade do atendimento ao público pelos servidores dispensa qualquer envolvimento institucional, pois trata-se de ato individual.
- 63** Alguns servidores, em nome da coletividade, podem restringir o exercício de liberdades individuais que atentem contra o interesse público.
- 64** As motivações, que servem de combustível para um trabalho classificado como efetivo, estão além do subsídio pecuniário recebido.
- 65** A comunicação é uma ferramenta que permite o efetivo atendimento dos usuários do serviço público, na medida em que o policial deve ser poliglota em sua própria língua para compreender as diferentes falas dos cidadãos.
- 66** Para tornar a comunicação mais efetiva e livre de ruídos, o servidor deve utilizar frases completas, com extensas explicações acerca do que se pretende informar.

A condescendência criminosa é praticada pelo servidor público que, por indulgência, benevolência ou tolerância, deixa de responsabilizar subalterno hierárquico que tenha cometido crime, contravenção penal ou qualquer falta disciplinar. Também comete o mesmo delito o servidor público que, embora não seja superior hierárquico daquele que tenha cometido crime, contravenção penal ou qualquer falta disciplinar, deixa de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente para responsabilizá-lo. A respeito da ação disciplinar relacionada ao servidor da PRF, julgue os itens subsequentes.

- 67** A ação disciplinar, responsabilidade das autoridades administrativas, deve ser imediatamente aplicada sempre que houver rumores ou desconfiças relativas ao servidor público.
- 68** O servidor que for submetido a processo disciplinar contraditório tem o direito de acompanhar toda a instrução pessoalmente ou por intermédio de advogado.
- 69** A prática de relegar a solução do problema às autoridades do departamento em situações em que os servidores se deparam com irregularidades é uma prática comum e bastante justificável, uma vez que os servidores não possuem responsabilidade na solução dos problemas.
- 70** A preocupação com a ética e a moral é responsabilidade dos servidores em cargo de chefia, ficando os demais servidores desobrigados de tal preocupação, restando-lhes apenas o cumprimento das ordens superiores.

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, pelo uso do padrão culto de linguagem, pela clareza, pela concisão, pela formalidade e pela uniformidade. Fundamentalmente, esses atributos decorrem da CF, que assim dispõe, no artigo 37:

“A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”.

Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais.

Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

Tendo as informações do texto acima como referência inicial, julgue os itens de **71** a **75**, acerca da redação oficial.

- 71** A redação de correspondência oficial é imune à evolução linguística visto que as mudanças na língua restringem-se à linguagem falada.
- 72** É possível afirmar que, em certo sentido, a redação oficial assemelha-se à literatura, visto que tanto os textos de correspondência oficial quanto os literários admitem uma única interpretação.

73 Dado o caráter impessoal dos assuntos tratados em correspondências oficiais, não cabe, por exemplo, na redação de memorandos e ofícios, o emprego de expressões que indiquem ironia ou impressões particulares.

74 Nas comunicações oficiais, emprega-se o padrão oficial de linguagem, caracterizado pelo uso do jargão técnico-burocrático e pela observância às regras gramaticais.

75 A revisão de textos oficiais é fundamental para corrigir eventuais desvios gramaticais e para elucidar trechos obscuros, que podem comprometer a clareza e a concisão exigidas nas comunicações oficiais.

Além dos preceitos relativos à impessoalidade, à linguagem, à formalidade e à padronização, à concisão e à clareza, há características específicas de cada tipo de expediente e aspectos comuns a quase todas as modalidades de comunicação oficial: o emprego dos pronomes de tratamento, a forma dos fechos e a identificação do signatário.

Idem, ibidem (com adaptações).

Considerando as características específicas da redação de comunicações oficiais, mencionadas no texto acima, julgue os itens que se seguem.

76 Os pronomes de tratamento, apesar de se referirem à segunda pessoa gramatical — aquela com quem se fala —, são usados com a forma verbal na terceira pessoa.

77 “Atenciosamente” e “Respeitosamente” são os fechos atualmente recomendados para as comunicações oficiais.

78 Quando o expediente não for de mero encaminhamento de documento, de seu texto devem constar a introdução, o desenvolvimento e a conclusão, na qual deve constar, obrigatoriamente, a identificação do signatário, seguida do fecho da comunicação e da assinatura.

Considerando a função e a redação dos atos oficiais de que dispõe o DPRF, julgue os itens subsequentes.

79 No requerimento, pedido encaminhado a uma autoridade do serviço público, sob o amparo da lei, não se emprega, após o vocativo, nenhuma fórmula de saudação.

80 O boletim de acidente deve ser redigido de forma clara e concisa, sendo aconselhável, nesse caso específico, que o policial relator emita a sua opinião acerca do fato ocorrido, de forma que a responsabilidade do acidente já possa ser deduzida a partir da leitura do documento.

